



**Tribunal de Justiça do Estado da Bahia  
PODER JUDICIÁRIO  
QUARTA TURMA RECURSAL - PROJUDI**

---

**PADRE CASIMIRO QUIROGA, LT. RIO DAS PEDRAS, QD 01, SALVADOR - BA**  
ssa-turmasrecursais@tjba.jus.br - Tel.: 71 3372-7460

Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível  
Recurso nº 0005082-11.2022.8.05.0039  
Processo nº 0005082-11.2022.8.05.0039  
Recorrente(s):  
ALFREDO SANTOS RAMOS NETO

Recorrido(s):  
ASSEBA

**DECISÃO MONOCRÁTICA**

**RECURSO INOMINADO. PRESSUPOSTOS RECURSAIS ATENDIDOS. DEMANDAS REPETITIVAS. ART. 15, INC. XI, RESOLUÇÃO Nº 02/2021 DO TJ/BA. EMPRÉSTIMO PESSOAL POR MEIO DE ASSOCIAÇÃO. MENSALIDADE ASSOCIATIVA. ALEGAÇÃO DE VENDA CASADA. PLEITO DE DESFILIAÇÃO, REPETIÇÃO DOS VALORES PAGOS A TÍTULO DE MENSALIDADE ASSOCIATIVA E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. LASTRO PROBATÓRIO QUE MILITA A FAVOR DA ACIONADA. DOCUMENTOS QUE EVIDENCIAM A**

**CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO E A EXIGIBILIDADE DO DÉBITO. QUESTÃO SEDIMENTADA NO ÂMBITO DESTE COLEGIADO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.**

Vistos, etc...

A Resolução nº 02, de 10 de fevereiro de 2021, que instituiu o Regimento Interno das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado da Bahia e da Turma de Uniformização da Jurisprudência, estabeleceu a competência do relator para julgar monocraticamente matérias com uniformização de jurisprudência ou entendimento sedimentado, conforme se trata do presente caso.

Analizados os autos observa-se que tal matéria já se encontra sedimentada no âmbito deste colegiado. Precedentes desta Turma: 0025280-23.2021.8.05.0001 e 0003533-04.2020.8.05.0146.

A sentença julgou improcedentes os pleitos.

Aduz a parte autora que solicitou um empréstimo, sendo informado que seria necessário se filiar com a parte ré, mediante o pagamento de mensalidade, para obter/efetivar os referidos empréstimos e que não seria obrigado a permanecer associado. Segue alegando que solicitou a desfiliação e o cancelamento da mensalidade cobrada, contudo foi informada que não seria possível realizar o cancelamento. Alega venda casada e requer a desfiliação, ressarcimento, em dobro, dos valores pagos a título de mensalidade associativa e indenização por danos morais.

Em sede de defesa, a acionada defende a regularidade dos descontos, juntando cópia do contrato de auxílio financeiro, bem como termo de filiação com autorização expressa para a cobrança das mensalidades.

De acordo com os documentos acostados aos autos, entendo que a parte autora se associou livremente a acionada, a fim de usufruir dos serviços disponibilizados, dentre os quais, a obtenção de empréstimos.

Portanto, devida a cobrança da taxa de associação, enquanto a Autora auferir o benefício de pagar o empréstimo que contraiu em condições diferenciadas obtidas pela entidade. Com efeito, não houve demonstração nos autos de abusividade nos encargos do mútuo contratado.

Registro que a parte autora não demonstra a ocorrência de qualquer hipótese específica de anulabilidade (erro, dolo, coação etc.) ou nulidade do negócio jurídico, conforme os arts.138 e ss. do Código Civil. Desse modo, inexistente fundamento para se extirpar do mundo jurídico o negócio celebrado.

Ademais, verifica-se que o pedido de desligamento acostado com a inicial se refere a associação distinta da demandada. Outrossim, conforme se verifica do documento “[SOLICITAÇÃO DE CANCELAMENTO 12.2021 – ASSEBA.pdf](#)”, acostado ao evento 18, a parte autora, somente em dezembro de 2021, solicitou o cancelamento dos descontos, a partir de janeiro de 2022, que foi realizado.

No mesmo sentido:

DECISÃO MONOCRÁTICA RECURSO INOMINADO. O NOVO REGIMENTO DAS TURMAS RECURSAIS, RESOLUÇÃO Nº 02/2021, ESTABELECEU A COMPETÊNCIA DO RELATOR PARA JULGAR MONOCRATICAMENTE MATÉRIAS COM UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA OU ENTENDIMENTO SEDIMENTADO. CONDIÇÕES DE ADMISSIBILIDADE PREENCHIDAS. AÇÃO INDENIZATÓRIA EM RAZÃO DE SUPOSTA FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSOCIAÇÃO. ALEGAÇÃO DE COBRANÇA INDEVIDA APÓS PEDIDO DE DESLIGAMENTO. ONUS AUTORAL NÃO ATENDIDO. SENTENÇA REFORMADA . RECURSO DA ACIONADA PROVIDO. (TJ-BA - RI: 00568771020218050001 SALVADOR, Relator: MARY ANGELICA SANTOS COELHO, QUARTA TURMA RECURSAL, Data de Publicação: 12/05/2023)

RECURSO INOMINADO. EMPRÉSTIMO PESSOAL POR MEIO DE ASSOCIAÇÃO. PLEITO DE REVISÃO CONTRATUAL, REPETIÇÃO DOS VALORES PAGOS A TÍTULO DE MENSALIDADE ASSOCIATIVA E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. LASTRO PROBATÓRIO QUE MILITA A FAVOR DA ACIONADA. DOCUMENTOS QUE EVIDENCIAM A CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO E A EXIGIBILIDADE DO DÉBITO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJ-BA - RI: 00046394820208050001, Relator: MARTHA CAVALCANTI SILVA DE OLIVEIRA, QUARTA TURMA RECURSAL, Data de Publicação: 07/07/2021)

RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. PRELIMINAR REJEITADA. COBRANÇA. CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO PESSOAL, POR MEIO DE ASSOCIAÇÃO. PLEITO DE REPETIÇÃO DOS VALORES PAGOS A TÍTULO DE MENSALIDADE ASSOCIATIVA, SOB A ALEGAÇÃO DE VENDA CASADA. NÃO-CONFIGURAÇÃO. ADOÇÃO DE TAXAS DE JUROS PRIVILEGIADAS E AUTORIZAÇÃO EXPRESSA DO DEVEDOR. REFORMA DA SENTENÇA, PARA JULGAR IMPROCEDENTE O PEDIDO (TJ-BA 0044401812048050001 BA, Relator: ISABELA KRUSCHEWSKY PEDREIRA DA SILVA, 2ª TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS, Data de Publicação: 11/05/2015)

Portanto, inexistente abusividade no agir da demandada, sendo certo que as cobranças estão amparadas em contrato, não havendo, por conseguinte, ilicitude a ensejar a compensação por dano moral.

Ante o exposto, nos termos do art. 15, inc. XI, do Regimento Interno das Turmas Recursais, NEGO PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo a sentença por esses fundamentos.

Custas e honorários advocatícios pela recorrente vencida, os últimos arbitrados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa, cuja exigibilidade resta temporariamente suspensa em razão da mesma gozar da gratuidade da justiça.

Em havendo embargos de declaração, as partes ficam, desde já, cientes de que "quando manifestamente protelatórios os embargos de declaração, o juiz ou o tribunal, em decisão fundamentada, condenará o embargante a pagar ao embargado multa não excedente a dois por cento sobre o valor atualizado da causa", nos termos do § 2º, art. 1.026, CPC.

Em não havendo mais recursos, após o decurso dos prazos recursais, deverá a Secretaria das Turmas Recursais certificar o trânsito em julgado e promover a baixa dos autos ao MM. Juízo de origem.

Intimem-se.

Salvador, na data registrada no sistema.

**MARTHA CAVALCANTI SILVA DE OLIVEIRA**

**JUÍZA DE DIREITO RELATORA**